

# VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

**MUNDOS SOCIAIS: SABERES E PRÁTICAS**

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS



25 A 28 DE JUNHO DE 2008

---

ÁREA TEMÁTICA: Globalização, Política e Cidadania

---

Democracia Política e Jornalismo

---

---

BEZZON, Lara Andréa Crivelaro  
Doutora em Sociologia

Unigranrio/Núcleo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Desenvolvimento Regional - Metrocamp,  
laracri@terra.com.br

---

CALDAS, Graça  
Doutora em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo

Labjor-Unicamp/Núcleo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Desenvolvimento Regional – Metrocamp,  
gcaldas@unicamp.br

---

MIOTTO, Luciana Bernardo  
Doutora em Sociologia, Faculdades Integradas Padre Albino

Núcleo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Desenvolvimento Regional – Metrocamp,  
lubibis@uol.com.br

---

OLIVEIRA, Maria José da Costa  
Doutora em Comunicação Social

Núcleo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Desenvolvimento Regional – Metrocamp,  
zezecoliveira@uol.com.br

---

SOUZA, Wagner Maurício Rodrigues de  
Especialista em Comunicação Pública e Responsabilidade Social  
Núcleo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Desenvolvimento Regional – Metrocamp,  
pro.mau@gmail.com



### Resumo

A pesquisa teve como objetivo identificar a visão de alunos de cursos de Jornalismo da Região Metropolitana de Campinas (RMC) – São Paulo, Brasil, sobre a imagem dos políticos e a qualidade da democracia brasileira. A proposta era verificar como os futuros formadores de opinião entendem o papel da política e dos políticos na consolidação da democracia no espaço público. Este trabalho é um desdobramento da pesquisa “Qualidade da Democracia na RMC”, que estuda o papel dos diferentes atores sociais para a formação do imaginário popular sobre a democracia política. Estudo quantitativo, de caráter exploratório, tomando por base dados coletados por meio de questionário estruturado. Os resultados preliminares da pesquisa apontam para a falta de confiança nos políticos, corroborando assim resultados de outras pesquisas de opinião, além de desconhecimento dos futuros jornalistas sobre o papel da política na manutenção do sistema democrático.

Palavras-chave: Democracia. Política. Jornalismo. Espaço público.



## 1. Introdução

A compreensão do atual momento democrático da sociedade brasileira passa pela análise do papel desempenhado pelos representantes dos poderes constitucionais, pelos partidos políticos, pela sociedade civil e seus diferentes grupos de interesse, especialmente aqueles ligados aos meios de comunicação. Nesse sentido, o Brasil e os demais países latino-americanos, que há pouco mais de uma década vivenciam um processo de redemocratização, oferecem um extenso campo de investigação.

A literatura sobre o conceito de democracia apresenta, de uma maneira geral, duas vertentes. De um lado, uma linha de pensamento que concebe a democracia, em uma perspectiva instrumental, como um método eficiente de tomada de decisões. De outro, uma visão substantiva da democracia, baseada em um ideal normativo. Esta constitui a premissa fundamental da democracia participativa, na qual os cidadãos se colocam como atores responsáveis nas políticas públicas e, conseqüentemente, próximos ao poder público (Benevides, 1991; Avritzer, 1994).

O debate sobre democracia, por si só, demanda intenso esforço intelectual, já que implica na revisão sobre a vasta literatura publicada sobre o tema, que não é objeto deste artigo. A presente reflexão está centrada na percepção sobre a democracia em relação à confiança que a população deposita neste sistema de governo. O artigo também destaca os problemas ligados às instituições democráticas no Brasil (especialmente no caso dos partidos políticos), a participação política dos cidadãos, o papel dos meios de comunicação e sua influência na sociedade.

Considerando a relevância da mídia e do Jornalismo, em particular, na formação da opinião pública, este artigo busca verificar como os estudantes de Jornalismo, futuros profissionais da Comunicação, percebem a democracia e a imagem dos políticos. Isto porque a atuação dos jornalistas na construção do espaço público mediatizado é responsável, em grande parte, pela construção do imaginário popular.

## 2. Democracia e confiança política

Em toda a América Latina, o retorno à democracia, relacionada à construção da cidadania e à participação da sociedade civil nas diferentes esferas do Estado, passou a fazer parte do discurso e também da *práxis* de diferentes atores sociais. Vale destacar que as origens da luta contra a opressão e as arbitrariedades dos governos ditatoriais latino-americanos encontram-se em movimentos sociais especialmente fecundos nas décadas de 1970 e 1980.

No Brasil, uma vez obtida a vitória contra a ditadura militar, com a retomada do governo civil em 1985, a (re)construção cotidiana da democracia e a sua compreensão tornaram-se essenciais para a manutenção deste sistema de governo. Nesse sentido, é importante resgatar a afirmação de Lechner (2004) sobre a falta de um significado único para a idéia de democracia. Se nos anos de 1970 representava a oposição direta à ditadura, atualmente, diante da desigualdade socioeconômica, do legado das tradições populistas e clientelistas e do casuísmo da política partidária, o autor considera imprescindível repensar seu significado. Concordamos com tal visão, face à complexidade do conceito e à veledade com que é utilizado em diferentes situações.

Daí a problemática sugerida por este artigo: como a democracia é percebida pela sociedade civil? Qual o papel da mídia no espaço público para a formação do imaginário popular sobre a democracia? De que forma contribui para a construção da memória individual e coletiva sobre a atuação e a imagem das principais instituições representativas deste sistema de governo, particularmente os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário?

Por que, no Brasil, permanece o sentimento de insatisfação com a democracia e o total desinteresse pela política? Em que medida a circulação crescente de informações por diferentes suportes midiáticos,



permitindo maior visibilidade e transparência às ações dos representantes das instituições sociais, especialmente os políticos, tem contribuído para a descrença da sociedade em geral?

Diante da pluralidade de interesses presentes na arena política e à inserção de inúmeros outros atores sociais no processo democrático, que ganham voz no espaço público mediatizado, qual a atual imagem dos políticos na democracia brasileira? De que forma a falta de coerência e a freqüente distância entre o discurso e a práxis dos diferentes atores sociais contribuem para o desinteresse público sobre a política, enfraquecendo, assim, a própria democracia? Em que medida a realidade brasileira se assemelha ou não a outros países, e à América Latina em particular?

De acordo com Miguel (2003), embora tenha havido uma expansão do sistema democrático, nos últimos 30 anos, ocorreu um processo simultâneo de queda da adesão popular às instituições representativas, em vários países. Suas afirmações baseiam-se no aumento da desconfiança em relação às instituições (medida por *surveys*) e no esvaziamento dos partidos políticos. Para o autor, existe uma crise de confiança na representação política, que compromete os laços entre eleitores e políticos e entre aqueles e os poderes constitucionais.

Estudo de Paiva, Souza e Lopes (2004) aponta o tema da percepção dos brasileiros em relação ao funcionamento e à eficácia da democracia no Brasil, com base em análises de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (EEB), realizado em 2002, logo após o segundo turno da eleição presidencial. Foi constatado que os brasileiros apóiam a democracia como forma de governo, porém o nível de insatisfação em relação a ela é bastante significativo.

Para Meneguello (2006), a erosão da confiança no sistema representativo também é um fenômeno que atinge várias sociedades democráticas há pelo menos duas décadas. Embora a democracia mantenha a posição de melhor forma de regime existente para a organização e o funcionamento da vida política dos vários países, a perda de credibilidade no Parlamento, nos partidos e nos políticos em geral é uma tendência crescente. Entre as razões, cita duas: a percepção de que as instituições têm sido ineficientes para responder às demandas da sociedade e as motivações de grande parte dos políticos que, de acordo com os cidadãos, são apenas de âmbito particular.

O desinteresse pela política vem sendo atestado, desde a década de 90, por diferentes pesquisas de opinião, nacionais e internacionais. Não é, portanto, um caso isolado do Brasil, como atestam Moisés (2005), Durand Ponte (2004) e Huneeus (2003). Esses autores associaram os sentimentos de apatia ou de impotência política à desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas.

Para compreender este cenário é preciso, inicialmente, situar as razões da falta de confiança dos brasileiros na democracia, no contexto de um país que possui, a despeito do avanço democrático, grande fragilidade institucional. Esta é explicada, historicamente, em grande parte, pelas relações de dependência do Poder Legislativo com o Poder Executivo, pelo predomínio da impunidade, pela exclusão socioeconômica e educacional, bem como o não atendimento de direitos civis e sociais mínimos a uma parcela expressiva da população. Também são notórias a descontinuidade e a fragmentação dos partidos políticos brasileiros; o personalismo que cerca o Poder Executivo e o legado autoritário imposto aos movimentos sociais.

O surgimento, nas duas últimas décadas, de novas formas de representação social que ampliaram sensivelmente as vozes da sociedade, não foi, porém, acompanhado da ampliação de confiança nas instituições formais, pelo contrário. Diante da falta de confiança no sistema representativo, é fundamental que a informação seja desvinculada da chamada espetacularização da mídia (Debord, 1997; Arbex Júnior, 2001). No Brasil, é possível que a pluralidade de interesses presentes na arena política, a distância entre o discurso e a prática política e a espetacularização na mídia de fatos políticos ligados à corrupção tenham contribuído para o questionamento dos valores democráticos por parte da sociedade.

Não é de hoje que assistimos a um profundo debate sobre a reforma do Estado e a consolidação da democracia. A crise econômica dos anos 70, as transformações do Estado no contexto da globalização e os limites da democracia representativa trouxeram para um primeiro plano do debate, questões vinculadas à



capacidade dos governos para prestarem contas e serem receptivos com as demandas dos cidadãos, a melhora da eficiência na prestação de serviços públicos e a falta de participação política dos cidadãos.

Considerando que os meios de comunicação exercem um papel importante na midiática do debate no espaço público para a construção da confiança política e da consolidação da democracia nas sociedades contemporâneas, existe clareza dos profissionais de comunicação sobre o papel relevante que podem exercer neste processo? Estariam preparados para atuar de forma eficaz no processo de conscientização pública para a preservação e manutenção da democracia?

### **3. Descrição da pesquisa e metodologia**

De que forma, porém, a crise de confiança na representação política, própria da democracia, ameaça este sistema de governo? Como a mídia contribui para isto? Estas são as questões norteadoras de uma pesquisa intitulada “Qualidade da Democracia na Região Metropolitana de Campinas (RMC): Comunicação, Política e Representatividade”. A RMC é formada por 19 municípios do Estado de São Paulo, Brasil. A pesquisa vem sendo desenvolvida desde 2005 pelos integrantes do Núcleo de Comunicação, Cultura e Desenvolvimento Regional (NuCom) das Faculdades Integradas Metropolitanas de Campinas (Metrocamp).

A pesquisa sobre a qualidade da democracia na RMC está dividida em duas etapas. A primeira, realizada em 2005, corresponde a uma pesquisa de opinião, de caráter exploratório e quantitativo, para validação de um instrumento de pesquisa adaptado do questionário utilizado no estudo “La representación política y la calidad de la democracia em España”, consolidado e aplicado por pesquisadores da Universidade de Múrcia, Espanha, em 2004, a partir de convênio de cooperação acadêmica firmado entre as duas instituições.

A segunda etapa, elaborada no biênio 2006-2007, compreendeu dois momentos. O primeiro deles foi a realização de um estudo qualitativo baseado em entrevistas com líderes de instituições sociais representativas da sociedade civil, nos 19 municípios da RMC. O segundo momento foi uma pesquisa com estudantes de Comunicação (Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas), aos quais foi aplicado um novo questionário, adaptado do instrumento já validado, composto por 29 questões fechadas.

Os estudantes de Comunicação que participaram voluntariamente da pesquisa pertencem a três das 15 faculdades distribuídas pela RMC. As três faculdades foram selecionadas pela diversidade da clientela, especificamente com relação ao critério sócio-econômico. No segundo semestre de 2008, período eleitoral no Brasil, a amostra será expandida para os estudantes das diferentes habilitações da área de Comunicação das 15 faculdades da RMC.

As questões aplicadas no questionário intitulado “A representação política e a qualidade da democracia no Brasil” estavam centradas no interesse pela política, na participação política e confiança nas instituições, na percepção da atuação dos partidos políticos, nos meios de comunicação utilizados e a frequência para obter informações sobre a atuação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e na atuação dos políticos em particular.

O questionário foi aplicado como pré-teste do projeto original a estudantes do sexto semestre (terceiro ano, de um total de quatro). Neste artigo analisamos apenas os resultados relativos aos 28 estudantes de Jornalismo entrevistados e que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa. Durante a coleta de dados, foi possível perceber o desinteresse dos próprios alunos no preenchimento das respostas.

O método de análise de dados foi baseado em frequência estatística simples, complementado pela discussão presente na literatura específica sobre o tema.



## 4. Resultados

No perfil dos estudantes de Jornalismo que responderam ao questionário, a média de idade foi de 22 anos; predominou o sexo feminino (61%) contra o masculino (39%); 57% afirmaram não trabalhar contra 43% que trabalham; 36% disseram ter renda familiar entre R\$3.001,00 e R\$6.000,00; 25% entre R\$1.801,00 a R\$3.000,00 e 14% entre R\$901,00 a R\$1.800,00.

Os resultados estão assim divididos: satisfação com a democracia; interesse pelas instituições políticas; confiança nas instituições; partidos políticos; participação política; mídia e política.

### 4.1. Satisfação com a democracia

Os resultados dessa etapa da pesquisa, referentes aos estudantes de Jornalismo, embora a amostra seja pequena, coincidem com os dados de outras pesquisas de âmbito nacional e latino-americano, que têm evidenciado a insatisfação com a democracia e a falta de interesse pela política, tais como o *Latinobarómetro*. Os estudos sobre a opinião pública acerca da democracia e de seu funcionamento demonstram uma intensa crítica por parte da sociedade civil aos políticos, às instituições e à própria política. Tal crítica traduz-se em uma notável desconfiança por parte da população, relativa a tudo que se identifica com a política do país, em todos os níveis, o que, de certo modo, pode comprometer o funcionamento da própria democracia.

Em relação ao funcionamento da democracia no Brasil, 50% dos estudantes de Jornalismo que responderam aos questionários consideram-se nada satisfeitos e 46% pouco satisfeitos. Apenas 4% afirmaram estar muito satisfeitos. Quanto ao interesse pela política, 57% afirmaram ter pouco interesse, contra 43% que disseram ter muito interesse. Esses dados coincidem com as informações levantadas na primeira etapa da pesquisa, realizada com uma amostra de eleitores de Campinas, em 2005 (Miotto et al., 2006).

### 4.2. Interesse pelas instituições políticas

A Tabela 1 apresenta o grau de interesse nas instituições políticas, em relação aos diferentes poderes. Pode-se observar que em relação ao Poder Legislativo, 68% têm pouco interesse quando se trata da Assembleia Legislativa Estadual e 61% quando se referem à Câmara de Vereadores. Por outro lado, apesar de 46% dos entrevistados demonstrarem pouco interesse tanto pela Câmara dos Deputados quanto pelo Senado, 50% afirmam ter muito interesse.



<b>Poder Legislativo</b>	Muito	Pouco	Nenhum
Câmara de vereadores	29%	61%	11%
Assembléia Legislativa estadual	14%	68%	18%
Congresso Nacional – Câmara dos Deputados	46%	50%	4%
Congresso Nacional – Senado	46%	50%	4%
<b>Poder Executivo</b>			
Prefeitura Municipal	50%	46%	4%
Governo do Estado	71%	29%	0%
Presidência da República	75%	25%	0%
<b>Poder Judiciário</b>			
Ministério da Justiça	29%	64%	7%
Ministério Público	36%	54%	11%

Tabela 1. Interesse pelas instituições políticas

É interessante notar que entre os poderes constituídos, no Legislativo, a categoria de pouco interesse é majoritária seja no âmbito municipal, estadual ou federal. Já no Poder Executivo, o interesse cresce para as ações dos governantes em todos os níveis. No Poder Judiciário, os resultados apontam que a maioria (64% e 54%) tem pouco interesse pelas instituições, o que pode denotar pouco conhecimento desses setores ou descrença em relação à própria justiça do país.

Quando indagados sobre qual das instâncias políticas mais afeta diretamente suas vidas, novamente se sobressai o Poder Executivo, pois 75% atribuem importância às decisões da Prefeitura Municipal e 71% às decisões tomadas pela Presidência da República. Em seguida vem o Poder Legislativo: 68% acham que as decisões tomadas pelo Senado Federal afetam suas vidas; 64% consideram a Câmara de Vereadores, assim como 61% pensam o mesmo tanto dos deputados estaduais quanto dos federais. Os mesmos resultados foram encontrados na pesquisa realizada em Campinas (Miotto et al., 2006).

Para Kinzo (2004), historicamente, a experiência política brasileira é marcada por uma concentração de poder no Executivo, prática que contribuiu para que os eleitores se acostumassem a prestar mais atenção aos cargos majoritários dos presidentes, governadores e prefeitos do que em seus representantes parlamentares.

### 4.3. Confiança nas instituições

Quanto ao grau de confiança que os entrevistados depositam nas instituições sociais, as médias da Tabela 2 indicam que a Família vem em primeiro lugar, seguida da Escola e do Corpo de Bombeiros (empatados). Em terceiro lugar, também empatados, ficaram as ONG's e a Igreja. A confiança nos meios de comunicação foi regular, ficando o menor índice de confiança com os Partidos Políticos.



<b>Família</b>	<b>8</b>
<b>Escola</b>	<b>7</b>
<b>Corpo de Bombeiros</b>	<b>7</b>
Organizações Não Governamentais (ONG's)	6
Igreja	6
Tribunais de Justiça	5
Organizações Empresariais	5
Sindicatos	5
Institutos de Pesquisa de Opinião	5
Forças Armadas	5
Governo do Estado	4
Presidência da República	4
Polícia Civil	4
Ministério Público	4
<b>Meios de Comunicação</b>	<b>4</b>
Assembléia Legislativa Estadual	3
Câmara de Vereadores	3
Congresso Nacional - Câmara dos Deputados Federais	3
Congresso Nacional - Senado Federal	3
Prefeitura Municipal	3
Polícia Militar	3
<b>Partidos Políticos</b>	<b>2</b>

Tabela 2. Confiança nas instituições sociais

Pesquisa do IBOPE referente a maio de 2005 (2006a) apontou que os brasileiros depositam maior confiança nos médicos (85%); em segundo, nos militares e nas Forças Armadas (75%) e, em terceiro, nos jornais (74%). Por outro lado, 87% da população disseram não confiar nos políticos, 74% no Congresso e 71% no Senado. Outra pesquisa do mesmo Instituto, realizada entre os dias 18 e 22 de agosto de 2005, mostrou um aumento nestes números: 90% da população afirmou não confiar nos políticos, 88% nos partidos políticos, 81% no Congresso (81%) e 76% no Senado Federal (IBOPE, 2006b).

Recente pesquisa realizada sobre confiança dos brasileiros nas instituições pelo CNT/Sensus, em fevereiro de 2008, com um universo de 2.000 entrevistas estratificadas em 5 regiões brasileiras, mostra que, em primeiro lugar, as pessoas depositam mais confiança na Igreja (39,4%). Em seguida vêm as Forças Armadas (16,5%); a Imprensa vem em terceiro lugar (12,7%). É sintomático que em relação aos políticos, representados pelo Congresso Nacional, tenha se verificado uma queda de 1,1% para 0,5%, de 2007 a 2008.

Power e Jamison (2005) afirmam, a partir de dados do *Latinobarómetro* referentes às séries 1996-2003, que os latino-americanos exprimem níveis baixos de confiança em quase todos os tipos de instituições sociais,





políticas e econômicas. Somente a Igreja Católica possui uma boa classificação. A televisão costuma ocupar o segundo lugar, com níveis de confiança na faixa de 40% a 50%, logo acima das Forças Armadas, situadas geralmente em terceiro lugar.

Para os autores, a pouca confiança nos políticos, de modo geral, estaria relacionada ao fraco desempenho econômico, à corrupção e ao uso instrumental das instituições políticas (quando os governantes modificam repetidamente os arranjos constitucionais para servir aos seus interesses). Explicam, porém, que os baixos níveis de confiança nos políticos latino-americanos não podem ser compreendidos de modo isolado, mas dentro de um contexto que inclui uma baixa confiança interpessoal, nas instituições e no desempenho da democracia.

Desse modo, ligada à baixa confiança depositada pelos cidadãos nos políticos, está a questão elaborada pelo questionário aplicado aos estudantes de Jornalismo sobre qual o motivo que leva uma pessoa a se candidatar a um cargo de deputado: 75% atribuem as candidaturas ao poder e a influência que se obtêm através do cargo.

#### **4.4. Partidos políticos**

Apesar da baixa confiança depositada nos Partidos Políticos, os estudantes de Jornalismo entrevistados concordam que: sem eles não pode haver democracia (64%); os partidos fazem críticas uns aos outros, mas na realidade são todos iguais (50%); os partidos são necessários para defender interesses de diferentes grupos sociais (79%); a maioria dos partidos políticos não se interessa pela opinião das pessoas (79%); os partidos oferecem poucas oportunidades de participação aos cidadãos (61%); outras organizações sociais representam melhor os interesses e demandas dos cidadãos do que os partidos políticos (75%); há pouca democracia interna nos partidos (57%); a fidelidade partidária é importante para os partidos (86%); não existe definição clara sobre a ideologia dos partidos (54%); a existência de coligações partidárias prejudica a credibilidade dos partidos (68%).

Ao analisar dados do *Latinobarómetro* referentes a 1996, Lopes (2004) detecta que, há uma década, o descrédito dos brasileiros em relação aos partidos políticos já era evidente, pois 42,9% dos entrevistados afirmaram não confiar neles.

As análises de Paiva, Souza e Lopes (2004) também demonstram que, em relação à melhor forma de resolver os problemas do país, há uma polarização entre os entrevistados que valorizam os mecanismos efetivos de participação política e aqueles que vêem na atuação de um grande líder a solução dos problemas.

De acordo com Baquero (2001), o fortalecimento do personalismo, como instrumento de governabilidade, está ligado à histórica fragilidade dos partidos políticos brasileiros, que não se configuram como instituições de identidades coletivas. Desse modo, observa-se o estabelecimento de uma relação direta entre Estado e indivíduo, em detrimento dos partidos políticos, algo que tem se fortalecido nos últimos governos neoliberais e cuja estratégia, no campo político, contribui para o enfraquecimento do sistema de representação política.

#### **4.5. Participação política**

Com relação à atuação em organizações da sociedade civil, tais como clubes e associações diversas como sindicatos, partidos políticos entre outras, a participação dos estudantes de Jornalismo é pequena, exceto nos casos de organizações religiosas ou paroquiais (36%) e clubes e associações esportivas (29%) e, mesmo assim, com números pouco expressivos.

Sobre a participação em atividades diversas de atuação política, destacam-se: assistir a eventos sobre política (68%), contribuição com abaixo-assinados (64%), comprar (ou não) certos produtos de forma deliberada, por razões éticas ou ambientais (50%).



Quando indagados sobre conhecimento e participação em outras formas de intervenção direta dos cidadãos em assuntos de interesse público, os Conselhos Municipais (tais como o Conselho Tutelar) são os mais conhecidos (68%), seguidos das Audiências Públicas (61%). Porém, a participação neles é inexpressiva para todos. Por outro lado, quanto ao desconhecimento, 50% nunca ouviram falar em Orçamento Participativo e 39% não conhecem fóruns de debates e discussões.

Benevides (1991) comenta que a institucionalização de práticas participativas permite que o cidadão se interesse diretamente pelos assuntos que lhe dizem respeito e, sobretudo, mantenha-se informado sobre acontecimentos de interesse pessoal. Além do que, é por meio da participação em processos decisórios de interesse público, como os referendos, plebiscitos e iniciativas populares, que ocorre a formação de uma cultura política, independente do resultado do processo.

De acordo com Lavalle, Houtzager e Castello (2006), o Brasil tornou-se referência no debate internacional sobre reforma da democracia, graças a uma nova onda de experiências participativas no campo das políticas públicas, a exemplo do Orçamento Participativo, com várias experiências bem sucedidas em cidades brasileiras, entre elas Porto Alegre. Na pesquisa realizada é significativo que estudantes de Jornalismo, próximos a ingressar no mercado de trabalho, não conheçam tal instância de participação, amplamente divulgada na mídia nacional.

Sobre a política, especificamente, os resultados foram praticamente unânimes pela ampliação da participação da sociedade civil organizada. A maioria (96%) não concorda que as decisões devam ser tomadas com exclusividade pelos representantes políticos; 93% defendem a existência de mecanismos para que os cidadãos participem mais diretamente nas decisões políticas e 82% acreditam que se houvesse maior participação dos cidadãos nas decisões políticas, haveria maior consenso em relação às decisões tomadas enquanto 89% entendem que também haveria maior controle dos assuntos políticos por parte dos cidadãos.

Quanto ao voto, 64% acham que pode influenciar as ações do governo; 57% não concordam que o voto seja a única maneira de exigir responsabilidade do governo; 68% concordam que o horário eleitoral gratuito influencia na decisão do voto e 75% afirmam que são as pesquisas de opinião.

Sobre os motivos que levam os entrevistados a decidirem seu voto, 43% dos estudantes levam em conta a ideologia política do partido, seguidos de 32% que decidem pela experiência anterior dos candidatos em outros cargos públicos e/ou políticos.

#### **4.6. Mídia e política**

Sobre os meios de comunicação como fonte de informação e cultura geral, especificamente, em relação à frequência de utilização, considerando-se todos os dias, a internet vem em primeiro lugar (79%), seguida da televisão (50%) e do jornal impresso (36%). Os assuntos de maior preferência são, em ordem decrescente: política, esportes e lazer, cultura e educação, assuntos da cidade, ciência/tecnologia e inovação.

Em relação à frequência de leitura das seções políticas nos jornais, dos que usam este veículo como fonte de informação, os resultados são: todos os dias (25%), pouca frequência (25%) e 3 a 4 dias por semana (21%). Quanto ao rádio, 32% escutam os programas jornalísticos com pouca frequência e 29% de 3 a 4 dias por semana; além de notícias em geral, 54% ouvem assuntos sobre política com pouca frequência; 39% vêem as notícias na televisão todos os dias, contra 25% que o fazem com pouca frequência. Além das notícias, em geral, 46% vêem assuntos sobre política com pouca frequência; 32% usam a internet de 3 a 4 dias por semana para obter informações sobre política.

Quanto aos meios de comunicação utilizados pelos entrevistados para se informar sobre as atividades do Poder Legislativo: 54% usam o jornal impresso para conhecer mais a atuação da Câmara de Vereadores; 39% usam tanto a televisão quanto a internet. Em relação à Assembléia Legislativa Estadual, 50% usam o jornal e 46% a televisão. Sobre a Câmara dos deputados federais, 54% preferem a internet e 50% tanto a



televisão quanto o jornal impresso. Quanto ao Senado, 54% usam o jornal e 50% tanto a televisão quanto a internet.

Sobre os meios de comunicação utilizados pelos entrevistados para se informar sobre as atividades do Poder Executivo: 54% utilizam o jornal impresso para conhecer a atuação da Prefeitura; 43% tanto a televisão quanto a internet. Em relação ao Governo do Estado, 61% preferem o jornal e 54% a televisão. Sobre a Presidência da República, 64% usam tanto o jornal quanto a televisão e 50% a internet. Quanto ao Poder Judiciário, para 50% o jornal é o veículo preferido para se informar sobre o Ministério da Justiça; 46% usam o jornal para se informar sobre o Ministério Público.

Segundo Azevedo (2006), a centralidade da televisão no mercado de mídia e de informação pode ser observada por três indicadores: a audiência, a participação do setor televisivo no volume dos investimentos publicitários e a presença de aparelhos de televisão nos domicílios, aferida pelo IBGE. O autor afirma que o principal acesso dos brasileiros aos meios de comunicação é a mídia eletrônica (rádio e televisão), indicando que pelo menos 2/3 da população obtêm suas informações básicas sobre o país e o mundo por meio desses dois veículos. Porém, os assuntos políticos não constituem um dos interesses prioritários dos espectadores.

Para Miguel (2003), os meios de comunicação são a fonte, direta ou indireta, de acesso à informação que maioria dos cidadãos dispõe para compreender o mundo social em que vivem. Diante desta realidade, é preciso refletir sobre a forma como as informações são veiculadas: se a mídia promove a formação cultural do cidadão em relação aos fatos políticos ou a simples espetacularização dos mesmos.

Ainda de acordo com Miguel, se os meios de comunicação representam, atualmente, um espaço privilegiado de disseminação das diferentes perspectivas e projetos dos grupos em conflito na sociedade, o cidadão pode ter acesso ao que o autor denomina de "pluralismo político" da mídia, construindo, assim, sua própria opinião política. Porém, para ele a mídia desempenha mal esta tarefa, pois, em geral, está vinculada aos interesses dos proprietários das empresas de comunicação, à influência dos grandes anunciantes e a pressão uniformizadora da disputa pelo público.

Esta visão é corroborada pela opinião dos estudantes de Jornalismo entrevistados. Segundo eles, os meios de comunicação representam principalmente, os interesses da empresa proprietária do meio (1º lugar), dos anunciantes (2º lugar) e dos empresários (3º lugar).

Sobre atuação dos meios de comunicação, quando se trata de informar, 50% dos entrevistados acham que fazem isto bem. Já como relação à qualidade e à capacidade de analisar acontecimentos, este índice cai, uma vez que apenas 32% acham que o fazem bem. Quando o assunto é entretenimento, 43% acham que os meios de comunicação fazem isto muito bem. Se o assunto é vigiar o poder público, 36% consideram que eles o fazem razoavelmente, 25% mal. Com relação ao papel de mobilizar a cidadania, 32% acham que o fazem mal e 21% muito mal. Quando se trata de dar acesso às diferentes correntes de opinião, 32% acham que o fazem muito mal e 29% mal.

Ainda é preciso destacar, de acordo com Azevedo (2006), que no Brasil diversos temas só se transformam, verdadeiramente, em questões públicas, quando ganham visibilidade nos meios de comunicação. Para o autor, o fortalecimento da democracia no Brasil passa por uma reestruturação dos meios de comunicação de massa, para que sejam capazes de refletir, se não todas, pelo menos as correntes mais importantes da diversidade ideológica, política e cultural da sociedade brasileira.

## **5. Democracia, mídia e participação**

Conforme Lechner (2004), o significado da política foi redefinido pelo avanço do mercado e pelas transformações no campo audiovisual. Em relação ao primeiro aspecto, quando a lógica econômica passou



a reorientar a ação política, esta foi confundida com a gestão pública. Desse modo, a falta de confiança que a população expressa na política e nos políticos traduz a impressão de que a política já não controla os processos sociais, concretizados em problemas como o desemprego e a violência e diretamente percebidos pela população.

Para o autor, ao impor-se como instância máxima de regulação social, o mercado também redefiniu a política ao alterar profundamente os limites entre o público e o privado. Tradicionalmente, a democracia convocava indivíduos livres e iguais que, sem levar em conta seus interesses privados, decidiam sobre os assuntos da *res publica*. Atualmente, assuntos outrora compartilhados por todos foram privatizados, subtraídos da esfera igualitária da cidadania e com a conseqüente restrição do espaço público.

Quanto ao segundo aspecto, a sociedade contemporânea vive a cultura da imagem, em substituição à palavra e ao discurso e cujo espaço privilegiado é a televisão. Desse modo, Lechner ressalta que a política redefinida pelo mercado e pela televisão reduz-se a suas formas visíveis, ignorando, assim, o *político* – aquilo que corresponde à experiência cotidiana das pessoas em relação à comunidade de cidadãos, pautada por relações diversas e, por isso mesmo, algo difícil de se determinar.

Ao constatar que as atuais instituições democráticas privilegiam interesses especiais e concedem pouco espaço para sua participação, o cidadão perde a confiança tanto nos partidos políticos quanto no Congresso. Segundo Bourdieu (2001), essa falta de perspectiva com a coisa pública é, em parte, fruto do discurso predominante nos meios de comunicação ao noticiarem, à exaustão, as mazelas dos políticos, além de não apresentar propostas de mudanças (Bourdieu, 2001).

No espaço público mediatizado, *locus* natural do conflito e da polifonia de vozes, termina imperando um saber hierarquizado e homogeneizado, fruto dos interesses corporativos das empresas de comunicação. Dessa forma, em lugar de possibilitar a emancipação política dos cidadãos, os meios de comunicação terminam reproduzindo a lógica das relações de poder.

O papel do Jornalismo como mediador na organização das idéias, na interpretação e reflexão sobre os fatos é essencial para a melhor compreensão da sociedade sobre os acontecimentos relatados. O direito à informação e sua relação com a democracia necessitam de transparência e fidedignidade contínuas nas informações veiculadas pelos meios de comunicação de massa.

A comunicação característica de regimes democráticos é aquela que promove todos os cidadãos como sujeitos ou protagonistas dos assuntos de interesse público, o que exige, inclusive, um novo posicionamento dos próprios profissionais de comunicação, de forma a não se transformarem em centralizadores de uma comunicação que precisa ser cada vez mais compartilhada.

Diante de um cenário mais democrático, como o que encontramos hoje, é de se esperar o envolvimento cada vez maior de todos os setores da sociedade nas questões de interesse público, pressupondo, também, que esse engajamento envolve informação, diálogo, debate e conscientização.

É nesse sentido que a comunicação assume um papel imprescindível, pois é capaz de colocar em pauta assuntos de interesse coletivo, além de promover interlocução entre os diferentes setores sociais, de forma a direcionar a contribuição que cada um pode dar para resolver ou, ao menos, amenizar os problemas sociais, além de promover o exercício da cidadania e a consolidação da democracia. Dessa forma, a comunicação contribui para a construção de uma sociedade mais livre, mais justa e mais solidária.

## 6. Considerações finais

Os dados apresentados, referentes aos estudantes de Jornalismo, futuros formadores de opinião, possibilitaram-nos algumas reflexões. Os resultados ratificam, no âmbito local, pesquisa anteriormente realizada com uma amostra de eleitores de Campinas, assim como coincidem com outras pesquisas de



âmbito nacional e latino-americano citadas neste artigo. Demonstram, em essência, o desinteresse pela política e a falta de confiança na democracia e em suas instituições. Isso é grave, pois representa risco para a manutenção do próprio sistema democrático. Necessário, portanto, repensar, também, o próprio ensino de Jornalismo, dando a ele a necessária dimensão política para o exercício pleno da democracia.

Fica claro, ainda, na revisão da literatura feita com base em autores de diferentes áreas de conhecimento, o papel central dos meios de comunicação na formação da opinião pública. A população se afasta da política quando percebe, por meio dos veículos de comunicação, que o poder público não presta contas ou que os ocupantes de cargos públicos começam a se distanciar dos princípios da moral pública.

Para uma real mudança do atual panorama de desencanto com a política, os cidadãos precisam compreender os mecanismos da representação política, além de exercitarem duas responsabilidades fundamentais: a participação política, algo imprescindível em uma democracia; e a exigência da prestação de contas do poder público. Neste sentido, o acesso à pluralidade dos meios de comunicação é essencial para a formação crítica do cidadão.

Somente o exercício da democracia é que torna possível a consolidação de suas instituições. Algo que, necessariamente, passa pela compreensão do significado da política, que não se traduz apenas no Estado, no Congresso, nos políticos ou nos partidos, mas no vir a ser de cada dia, na (re)invenção contínua da ação política no espaço público, algo que concerne a todos, representantes e representados.

A mídia tem, portanto, um papel fundamental na consolidação democrática, desde que assuma sua responsabilidade social com o interesse público. Não deve ser vista apenas como fiscalizadora das ações dos políticos, pois este papel cabe também aos cidadãos informados e atuantes, na cobrança do bem-estar coletivo. Cabe aos meios de comunicação, em seus diferentes suportes, atuarem diretamente na construção de uma opinião pública consciente e participante da vida pública.

## 7. Referências bibliográficas

- ARBERX JÚNIOR, José (2001), *Showrnlismo: a notícia como espetáculo*, São Paulo, Casa Amarela.
- AVRITZER, L. (1994), "Modelos de sociedade civil: uma análise da especificidade do caso brasileiro", in: AVRITZER, L. (Coord.), *Sociedade civil e democracia*, Belo Horizonte, Del Rey.
- AZEVEDO, F. A. (2006), "Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político", *Opinião Pública*, Campinas, v. 12, n. 1, pp. 88-113.
- BAQUERO, M. (2001), "Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo", *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 4, pp. 98-104.
- BENEVIDES, M. V. M. (1991), *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*, São Paulo, Ática.
- BOURDIEU, Pierre (2001), *O poder simbólico*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- DEBORD, Guy (1997), *A sociedade do espetáculo*, São Paulo, Contraponto.
- DURAND PONTE, V. M. (2004), *Ciudadanía y cultura política: México 1993-2001*, México, Siglo Veintiuno.
- HUNEEUS, C. (2003), *Chile, un país dividido*, Santiago, Catalonia.
- IBOPE. (2006a), Protocolo disponível em: [http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=caldb&comp=pesquisa\\_leitura&nivel=null&docid=470F0E62C10F1FA28325700C00795391](http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=caldb&comp=pesquisa_leitura&nivel=null&docid=470F0E62C10F1FA28325700C00795391), [Data de acesso: 20 de Julho de 2006].
- IBOPE. (2006b), Protocolo disponível em: [http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=caldb&comp=pesquisa\\_leitura&nivel=null&docid=470F0E62C10F1FA28325700C00795391](http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=caldb&comp=pesquisa_leitura&nivel=null&docid=470F0E62C10F1FA28325700C00795391), [Data de acesso: 20 de Julho de 2006].



KINZO, M. D. G. (2004), "Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 54, pp. 23-40.

LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P. P.; CASTELLO, G. (2006), "Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 60, pp. 43-66.

LECHNER, N. (2004), "Os novos perfis da política: um esboço", *Lua Nova*, São Paulo, n. 62, pp. 5-20.

LOPES, D. M. N. N. (2004), "Para pensar a confiança e a cultura política na América Latina", *Opinião Pública*, Campinas, v. 10, n. 1, pp. 162-187.

MENEGUELLO, Rachel (2005), "Percepções públicas do Congresso Nacional: o paradoxo da democracia brasileira", *Revista ComCiência*, Protocolo disponível em: <http://comciencia.br/reportagens/2005/07/14>, [Data de acesso: 20 de Julho de 2006].

MIGUEL, L. F. (2003), "Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, pp. 123-140.

MIOTTO, L. B. et al. (2006), "Qualidade da democracia: comunicação, política e representatividade", *Comunicação Cultura & Cidadania*, v. 1, pp. 63-77.

MOISÉS, José Álvaro (2005), "Cidadania, confiança e instituições democráticas", *Lua Nova*, São Paulo, n. 65, pp. 71-95.

PAIVA, D.; SOUZA, M. R.; LOPES, G. F. (2004), "As percepções sobre democracia, cidadania e direitos", *Opinião Pública*, Campinas, v. 10, n. 2, pp. 368-376.

POWER, T. J.; JAMISON, G. D. (2005), "Desconfiança política na América Latina", *Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 1, pp. 64-93.